

**COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE DO TOCANTINS
REUNIÃO ORDINÁRIA – DIA 18/03/2010**

Aos dezoito dias do mês de março do ano de dois mil e dez, às quatorze horas e quinze minutos, na sala de Reuniões da Secretaria de Estado da Saúde, deu-se início, em segunda convocação, a Reunião Ordinária da Comissão Intergestores Bipartite com a presença da Superintendência de Vigilância e Proteção à Saúde, senhora Ruth Mercês Paranaguá que presidirá a reunião e demais membros: **SESAU**: Linvalda Rodrigues Henriques/ Diretora de Atenção Primária; Maria Gleyd B. C. Silva/ Diretora de Atenção Especializada; Hernane Farias Monteiro/ Diretor de Convênios e Fundos; Robson José da Silva/ Diretoria de Gestão e Educação em Saúde; Perciliiana J. B. de Carvalho/ Diretora de Vigilância Epidemiológica, Ruth Mercês L. N. Paranaguá/ Superintendência de Vigilância e Promoção à Saúde; Éder Silveira Barbosa/ Diretor de Assistência Farmacêutica; Ullannes Passos Rios/ Diretoria de Vigilância Sanitária e Soraia Roges Jordy Sant'ana/ Diretoria de Gestão de Planejamento e Descentralização da Saúde. **COSEMS**: Antonio Carlos Martins Simione/ SMS de Porto Nacional; Eduardo Novaes Medrado/ SMS de Araguaína; Emival Nunes da Fonseca/ SMS de Guarai; Olímpio dos Santos Arraes/ SMS de São Valério; Samara Queiroga B. G. Costa/ Representante Suplente de Palmas e Edison Mendes Rodrigues/ SMS de Marianópolis. A senhora Ruth Paranaguá, após verificar a existência de quórum e paridade, divulgou a pauta da reunião e deu início à reunião como segue: **ITEM 1 - Pactuação e Aprovação da Pauta**: A secretária executiva da CIB, senhora Neuma Pereira fez a leitura dos itens solicitados na pauta da reunião que contém: 08 Pontos para Pactuação e Aprovação, 03 Pontos para Apresentação e Homologação e 01 Ponto para Apresentação e Esclarecimento. Tendo os seguintes pontos para inclusão na pauta: Itens 13 a 18. Ressalta que todos os itens foram previamente discutidos conforme critério estabelecido para as Reuniões Previa da CIB. A senhora Ruth colocou a pauta em votação para a plenária da CIB que aprovou com as referidas inclusões e a explanação dos informes para o final da reunião. **ITEM 2 - Pactuação e Aprovação da Ata da Reunião Ordinária do dia 18 de Fevereiro de 2010**: A senhora Maria Gleyd B. C. Silva/ Diretora de Atenção Especializada informa que na linha 167 que fala sobre a expositora técnica da Diretoria de Vigilância Sanitária senhora Rosangela B. B. Guimarães, o cargo correto da senhora Rosangela é “Técnica da Coordenação de Gestão”. A senhora Samara Queiroga B. G. Costa/ Representante Suplente de Palmas informa que na linha 67 e 79 onde se lê: “assinaram”, leia-se: “assinarão”, e informa que o inicio da redação do item 06, a partir da linha 56 ficou um pouco confuso. A senhora Neuma Pereira dos Santos/

34 Secretaria Executiva da CIB expôs que este item ficou extenso por se tratar de um assunto
35 polêmico, e na próxima reunião trará a ata para aprovação com este item de forma mais
36 sintética e com as referidas alterações apresentadas acima. ITEM 3 - Pactuação e Aprovação
37 para retificar a Pactuação Interestadual entre o Estado do Tocantins e o município de Goiânia –
38 GO, relativo ao Tratamento Fora Domicilio - TFD: A expositora Técnica da Gerência de
39 Controle, senhora Haideé Campitelle Varques expôs a proposta mencionada acima para a
40 plenária. O Estado possui uma pactuação com o município de Goiânia para atendimentos
41 através do TFD, e têm uma resolução aprovada em junho de 2009 da CIB-TO que transfere
42 R\$ 100.000,00 mensalmente para o município, porém o Estado de Goiás só aprovou a
43 resolução por meio da CIB-GO em fevereiro de 2010, e o Ministério deixou de fazer o
44 repasse desde então. Porém, o município de Goiânia continuou atendendo o Estado do
45 Tocantins sem receber o recurso, do mês de julho a dezembro/09 e janeiro a março/10
46 totalizando um repasse de R\$ 900.000,00, onde o município queria receber o valor total em
47 uma única parcela, a SESAU negociou com o município que aceitou a proposta de fazer o
48 pagamento referente a dezembro/09 a março/10 sendo R\$ 400.000,00 parcelados em R\$
49 pagamento referente a dezembro/09 a março/10 sendo R\$ 400.000,00 parcelados em R\$
50 100.000,00/mês, pagos nos meses de abril a julho/2010. E do mês de abril a novembro/10 o
51 repasse normal de R\$ 100.000,00. Finalizando a proposta sendo, nos meses de abril a
52 julho/10 um repasse de R\$ 200.000,00/mês e nos meses de agosto a novembro/10 um
53 repasse de R\$100.000,00/mês, totalizando o valor de R\$ 1.200.000,00 e, em novembro terá
54 outra resolução para uma nova pactuação interestadual. Item aprovado pela plenária. ITEM
55 4 - Pactuação e Aprovação das seguintes propostas da Assistência Farmacêutica: Execução do
56 financiamento do elenco de referência na Atenção Básica, e; Insumos complementares para o
57 controle da Diabetes Mellitus: A expositora Gerente de Medicamentos Básicos da Diretoria de
58 Assistência Farmacêutica, senhora Luci Aparecida Vieira de Lara, expôs a proposta
59 mencionada acima para a plenária. Informa que a proposta é pactuar o mínimo que a
60 Portaria 2.982/2009 preconiza. A proposta seria a aprovação do elenco atual com 122 itens e
61 a inclusão de mais 11 itens totalizando 149 medicamentos, e o recurso financeiro que
62 atualmente é R\$ 7,10 hab/ano, porém considerando a Portaria, propõe-se o aumento no
63 recurso tripartite no valor de R\$ 9,02 hab/ano sendo para cada esfera o valor de: R\$
64 5,10/união, R\$ 2,06/estado e R\$ 1,86/município. Item aprovado pela plenária. ITEM 05 -
65 Pactuação e Aprovação sobre a área de abrangência dos Centros de Referência em Saúde do
66 Trabalhador/CEREST – Regionais, de Palmas e Araguaína, readequando-os ao desenho do novo
Plano Diretor de Regionalização – PDR de 2008, de acordo com as Macrorregiões de Saúde: A

67 expositora Coordenadora de Saúde do Trabalhador, senhora Edinalva Maria Gomes expôs a
68 proposta mencionada acima para a plenária. A proposta é de readequar a área de
69 abrangência do CEREST de Palmas e Araguaína ao desenho do novo PDR/2008, pois
70 quando o CEREST foi habilitado ainda era com o desenho do antigo PDR do Estado. E, hoje
71 os regionais de Palmas e Araguaína já estão trabalhando com as regiões de saúde e por isso
72 precisa aprovar de acordo com o Pacto pela Saúde. O senhor Eduardo Novaes Medrado
73 informa que a secretaria municipal de Araguaína não está preparada e não tem técnicos
74 preparados para desenvolver o trabalho, por isso solicita que o Estado seja um grande
75 parceiro e alfabetizador dos técnicos da secretaria de saúde. Item aprovado pela plenária.

76 **ITEM 06 - Pactuação e Aprovação para a retificação da Resolução CIB nº. 39/2009, de 18 de**
77 **junho de 2009 no que trata da organização da Rede de Urgência e Emergência:** A expositora,
78 Assessora Técnica da Secretaria Municipal de Saúde de Palmas senhora Milena Aires de
79 Oliveira, expôs a proposta mencionada acima para a plenária. Esta na verdade é uma
80 reapresentação do projeto, e por solicitação do Ministério da Saúde, pois, houve algumas
81 alterações na Portaria e, consequentemente, no projeto, portanto propõe-se a retificação. O
82 MS republicou a Portaria 1020 de 13 de maio de 2009, e a proposta é que tenha a
83 habilitação das duas unidades de Pronto Atendimento em funcionamento no município de
84 Palmas, as duas não tinham nenhuma forma de financiamento específica e com a Portaria
85 surge a possibilidade de financiamento que seria 02 UPA's Regionais porte II conforme a
86 Portaria nº 1.020, sendo o financiamento de forma tripartite, o MS com 50% (R\$ 175.000,00
87 mês para cada UPA) e Estado e Município com 25% (R\$ 87.500,00 mês para cada UPA). A
88 senhora Soraia questiona a respeito dos valores financeiros, pois o orçamento do Estado
89 fechou em outubro de 2009 e este valor não consta no orçamento, e de onde tirar este valor
90 se não foi macro alocado. Explica também que neste ano o orçamento foi R\$ 125.000.000,00
91 menor do tesouro estadual, isso dificulta toda e qualquer negociação prévia, pois quem faz a
92 adotação orçamentária conforme a Receita é a Secretaria da Fazenda junto com a de
93 Planejamento, e é necessário que seja adequado ao que foi repassado. O senhor Hernane
94 Farias Monteiro/ Diretor de Convênios e Fundos informa que caso seja aprovado tem que
95 envolver a Assembléia Legislativa para fazer uma suplementação na competência 2010. A
96 senhora Ruth encaminha para que seja aprovado, e como será necessária a suplementação,
97 sugere que esta negociação aconteça posteriormente. O senhor Emival informa que o pleito
98 foi aprovado em 2009 fazendo referência à 2010, considerando que o pleito é Tripartite,
99 portanto á uma demanda a ser resolvida posteriormente, mas que isso deve estar garantido

100 na resolução anterior aprovada na CIB. Item aprovado, com a ressalva do senhor Emival.

101 **ITEM 07 - Pactuação e Aprovação para alteração da área de abrangência do Serviço Atendimento**

102 **Móvel de Urgência/SAMU 192 Regional – Região Central do Estado:** Também exposto pela

103 Assessora Técnica da Secretaria Municipal de Saúde de Palmas senhora Milena Aires de

104 Oliveira. Expõe que a área de abrangência do SAMU foi alterada de 05 para 15 municípios, e

105 a inclusão de 02 USA's (Unidade de Saúde Avançada), e consequentemente a alteração no

106 recurso financeiro. A senhora Soraia questiona quanto à responsabilidade de custeio, uma

107 vez que o orçamento já está fechado, pois foi feito no ano anterior. Não se eximindo da

108 responsabilidade porque o projeto é bom, e que esse é um projeto que o Estado precisa, e

109 que trará melhorias às condições de causas externas que hoje mata muitas pessoas no

110 Estado, o projeto é ideal. "Mas a preocupação enquanto planejamento é termos a cautela de

111 aprovar uma coisa que tenha orçamento e esteja contento com a necessidade que o projeto

112 exige", diz Soraia. O senhor Emival questiona se este serviço será regulado, tendo em vista

113 dificuldade dos municípios pequenos. A expositora esclarece que a central de regulação será

114 em Palmas. A senhora Ruth sugere como encaminhamento para não prejudicar o município

115 de Palmas, a aprovação do projeto para que a resolução seja encaminhada ao Ministério da

116 Saúde e que todas as questões técnicas e operacionais sejam submetidas a Câmara

117 Técnica de Gestão do SUS. A senhora Maria Gleyd explica que por se tratar de uma nova

118 modalidade onde o Estado passaria a assumir toda a manutenção de uma USA, deve ser

119 discutida e revista na Câmara Técnica, e o Estado seria pioneiro pois o custeio é Tripartite.

120 Item aprovado pela plenária. **ITEM 08 - Pactuação e Aprovação do Financiamento da**

121 **Campanha para estratégia de vacinação da Influenza A (H1N1):** A expositora Coordenadora de

122 Imunização, senhora Marlene Alves Lopes Rodrigues expôs a proposta mencionada acima

123 para a plenária. A senhora Perciliana esclarece que em relação ao quantitativo de doses, o

124 objetivo da Organização Mundial de Saúde não é conter a pandemia, até porque a

125 capacidade de fabricação da vacinação em escala mundial é baixa. Nas reuniões que

126 aconteceram nos 05 Continentes foi estabelecido apenas 03 populações prioritárias, que

127 seria trabalhadores de saúde, gestantes e portadores de doenças crônicas. Lembrando que

128 trabalhadores de saúde são aqueles que estão no enfrentamento da pandemia. Item

129 aprovado pela plenária. **ITEM 13 - Pactuação e Aprovação da adesão ao Pacto pela Saúde do**

130 **município de Axixá do Tocantins:** A expositora Gerente de Fomento, senhora Marleide expôs

131 a proposta mencionada acima para a plenária. O município está apto dentre os critérios

132 estabelecidos para adesão ao pacto pela saúde. Item aprovado pela Plenária. **ITEM 14 -**

133 Pactuação e Aprovação para transferência do Teto de Média e Alta Complexidade /MAC de
134 Marianópolis para o Hospital de Referência de Paraíso, em virtude da desativação do Pronto
135 Atendimento de Marianópolis: A expositora da Gerência de Controle, senhora Haideé
136 Campitelle Varques expôs a proposta mencionada acima para a plenária. Informa que
137 recebeu um ofício do município de Marianópolis pedindo para transferir o Teto MAC para o
138 Hospital de Paraíso em virtude da desativação do Pronto Atendimento de Marianópolis e
139 transformando-o em UBS. A expositora explica que há a necessidade de alteração nos
140 quadros da PPI, e aproveita para solicitar a autorização de alteração nos quadros da PPI dos
141 municípios de Aliança, Colinas, Divinópolis, Lagoa do Tocantins, Silvanópolis, Tocantínia e
142 Tocantinópolis, pois esses municípios aderiram ao Pacto e estão para ser homologados na
143 CIT, e para ocorrer a transferência do teto é necessária uma resolução alterando o teto da
144 PPI, incluindo Marianópolis. Item aprovado pela plenária. **ITEM 15 - Pactuação e Aprovação**
145 **para a realização de uma Reunião Extraordinária da CIB para atualização da PPI,**
146 **contemplando as alterações solicitadas pelos gestores municipais enviadas até 30.04.2010:**
147 Também exposto pela Gerência de Controle, senhora Haideé Campitelle Varques expôs a
148 proposta mencionada acima para a plenária. No mês de fevereiro foi apresentada a
149 elaboração da nova PPI, foi solicitado para que houvesse pelo menos uma atualização da
150 PPI vigente, foi levado para as áreas técnicas então, entrou-se no consenso de fazer uma
151 reunião para a competência de Maio, e hoje pela manhã na reunião prévia do COSEMS foi
152 solicitado que ao invés de fazer uma reunião Extraordinária, que fosse feita em conjunto com
153 a reunião Ordinária como ponto de pauta. Somente serão aceitas as solicitações
154 protocoladas até o dia 30 de abril na Secretaria Executiva da CIB. Item aprovado pela
155 plenária. **ITEM 16 - Pactuação e Aprovação para abertura de novas turmas do curso de**
156 **complementação de Auxiliar em Enfermagem para Técnico de Enfermagem:** A expositora
157 Diretora Pedagógica do ETSUS, senhora Márcia Cristina Siqueira de Godoy expôs a
158 proposta mencionada acima para a plenária. A senhora Ruth pergunta tendo em vista a
159 planilha de custos a necessidade de contratação de assistente administrativo e auxiliar de
160 serviços gerais, a expositora esclarece que o quadro de recursos humanos da ETSUS é
161 reduzindo tendo a necessidade de contratação destes. O senhor Robson informa que a
162 Escola Técnica como qualquer outra fundação pode utilizar deste dispositivo dessa forma
163 formatado como projeto, então pode-se prever alguns profissionais no caso de assistente
164 administrativo e auxiliar. A senhora Maria Gleyd questiona que esse curso não tem previsão
165 orçamentária para o custeio da vinda dos profissionais. A senhora Samara informa que esse

166 recurso não é de educação permanente, porem a CIB tem as câmaras técnicas que dão
167 apoio no momento de tomar as decisões, a titulo de recomendação sugere que esses
168 projetos que têm assunto de educação também passassem pela CIES, até mesmo para
169 acompanhar, pactuar e elaborar um parecer para a CIB tomar suas decisões. A expositora
170 esclarece que como é uma sobra de recurso, o Ministério definiu o prazo até o dia 29 de
171 março para mandar a aprovação da CIB, não tendo prazo para passar pela CIES. Item
172 aprovado pela plenária. **ITEM 19 - Pactuação e Aprovação do Pacto pela Vida e Gestão biênio**
173 **2010/2011:** A expositora Gerente de Fomento, senhora Marleide expôs a proposta
174 mencionada acima para a plenária. Item aprovado pela plenária sem a necessidade de
175 maiores esclarecimentos. **Pontos de Pauta para Apresentação e Homologação:** ITEM
176 **09 - Homologar o Projeto sobre o Curso de Qualificação em Vigilância Sanitária:** Exposto pela
177 Gerente de Apoio à Descentralização das Ações em VISA, senhora Izabel Cristina Barroca.
178 Item homologado pela plenária sem a necessidade de maiores esclarecimentos. **ITEM 10 –**
179 **Homologar a Ficha de Elegibilidade relativa à Programação Anual das Ações em Vigilância**
180 **Sanitária/VISA dos Municípios de Aguiarnópolis, Aliança, Cristalândia, Nova Olinda, Novo**
181 **Alegre, Palmas e Pedro Afonso, para o ano de 2010:** Também exposto pela Gerente de Apoio à
182 Descentralização das Ações em VISA, senhora Izabel Cristina Barroca. Item homologado
183 pela plenária. **ITEM 11 – Homologar a Proposta das atribuições relativa à Descentralização das**
184 **Ações de Vigilância Sanitária/VISA entre a Secretaria de Saúde do Estado do Tocantins e**
185 **Secretaria Municipal de Saúde de Palmas - TO:** Também exposto pela Gerente de Apoio à
186 Descentralização das Ações em VISA, senhora Izabel Cristina Barroca. Item homologado
187 pela plenária sem a necessidade de maiores esclarecimentos. **ITEM 17 – Homologação da**
188 **implantação do Programa Saúde na Escola (PSE) dos municípios de Araguaína, Bom Jesus,**
189 **Itaguatins, Lizarda, Novo Acordo, Ponte Alta do Tocantins, Recursolândia e Santa Rita:** Exposto
190 pelo Cirurgião Dentista senhor Otávio Antunes Amaral. Item homologado pela plenária sem a
191 necessidade de maiores esclarecimentos. **ITEM 18 – Homologação da implantação da 12^a e**
192 **13^a Equipe de Saúde da Família (ESF) do município de Porto Nacional e a 28^a Equipe de Saúde**
193 **da Família (ESF) no município de Araguaína:** Exposto pela Gerente de Saúde da Família,
194 senhora Alana Mara F. Cavalcante. Item homologado pela plenária. **Pontos de Pauta para**
195 **Apresentação e Esclarecimentos:** **ITEM 12 – Apresentação e Esclarecimento sinteticamente**
196 **dos Projetos PPSUS 2006/2007:** O expositor Cirurgião Dentista/ Diretoria de Gestão e
197 Educação em Saúde, senhor Henrique Ferreira Medici expôs a proposta mencionada acima

198 para a plenária. O Ministério da Saúde lançou em 2004 o programa de pesquisa para o
199 Sistema Único de Saúde, que visa à produção de conhecimento que é relevante para a rede
200 SUS, expõe como se encontra atualmente os projetos desenvolvidos no Tocantins. O senhor
201 Robson esclarece que destes projetos 4(quatro) irão subsidiar as ações da VISA, 2(dois) irão
202 subsidiar diretamente as ações de Atenção Básica, 4(quatro) para a Média e Alta
203 complexidade e 1(um) para subsidiar a Gestão, e frisa a importância de aproveitar estes
204 projetos nos processos de gestão. **Pontos de Pauta para Informes:** A. Informe sobre a
205 oficina RAG e SARGSUS: Exposto pela Diretoria de Gestão de Planejamento e
206 Descentralização da Saúde, senhora Soraia Roges Jordy Sat'ana. Informa que no ano
207 passado foi aprovado as oficinas para construção do relatório de gestão, e em reunião com o
208 Ministério da Saúde que lançou o SARGSUS um sistema que vai facilitar bastante os
209 municípios. As oficinas começaram nos dias 30 e 31 de março que será dividido por
210 regionalização, serão todas em Palmas, no pólo da EADCON. B. Informe sobre a Vacina da
211 Hepatite-B: Exposto pela Diretora de Vigilância Epidemiológica, senhora Perciliana J. B. de
212 Carvalho. Informa para os gestores estarem atentos a Nota Técnica do Ministério da Saúde
213 em que insere novas populações para vacinação da Hepatite-B, solicita que divulguem entre
214 os agentes comunitários para repassarem à população. C. Informe sobre a solicitação de
215 parecer do TCU referente a cessão de crédito e entrega de material pela CIB: Exposto pela
216 Representante Suplente de Palmas, senhora Samara Queiroga B. G. Costa. Informa que na
217 segunda-feira passada foi feita a reunião da Câmara Técnica de Gestão do SUS, e foi
218 discutido a solicitação de um membro do TCU para que fosse emitido um parecer ou que ele
219 prestasse esclarecimentos à plenária, e pede autorização da plenária para que a Secretaria
220 Executiva entre em contato com este profissional. E o outro informe é para a Secretaria
221 Executiva da CIB saber "por que estamos recebendo o material tão próximo da reunião, e
222 muitas vezes não a tempo de ler". D. Informe sobre o RAG: Exposto pelo SMS de Araguaína,
223 senhor Eduardo Novaes Medrado. Como já foi falado pela Soraia, este novo processo e
224 sistema de informação do Ministério da Saúde o SARGSUS vem mudar a filosofia do
225 relatório de gestão, porque hoje é apenas um comprimento de meta que se faz de qualquer
226 jeito, e aproveita para informar que o COSEMS tem a senhora Maria Helena, Assistente
227 Social que já foi gestora e, iremos deixar ela a disposição para ajudar os municípios para
228 elaborar o relatório de gestão. F. Informe sobre a reunião dos coordenadores de Atenção Básica
229 dos municípios (Plano de Redução da Mortalidade Infantil): Exposto pela Diretoria de Atenção

230 Primária, senhora Linvalda Rodrigues Henriques. Informa que nos dias 24 e 25 de março
231 acontecerá a reunião com os coordenadores de Atenção Básica e Saúde Bucal, que
232 abordará 02 temas, a ser trabalhada a questão do plano de mortalidade infantil para
233 acompanhar o que os municípios estão fazendo e analisar se conseguem alcançar a meta de
234 0,5% ao ano da mortalidade infantil, principalmente no componente neonatal. Visa discutir e
235 planejar o território para monitorar e acompanhar as equipes. A senhora Soraia Roges Jordy
236 Sat'ana informa que ainda faltam 74 municípios para passarem no Conselho Municipal de
237 Saúde para que a CIB possa homologar e validar o sistema de indicadores do Ministério da
238 Saúde, informa que o sistema vai estar aberto até o dia 26 de março. O senhor Robson José
239 da Silva informa que o Conselho Estadual de Assistencial Social e Comissão Intergestores
240 Bipartite de Santa Catarina, foram processados e agora respondem solidariamente por
241 pontuações e aprovações de projetos da assistência social no Estado e foram acionados pela
242 justiça, portanto é muito importante atentar-se para a importância do trabalho e seriedade no
243 posicionamento técnico. A Superintendência de Vigilância e Proteção à Saúde, senhora Ruth
244 Mercês Paranaguá que está como presidente substituta não tendo nada mais a tratar,
245 declarou encerrada a reunião às dezesseis horas e trinta e cinco minutos. E para constar foi
246 lavrada a presente ata que depois de lida e aprovada será assinada pela Presidente
247 Substituta, e pelos demais membros presentes nesta reunião. *JB*

mpcSilva *Sinip*
Ribeiro
Alfonsina
ampliar texto
Ruth Mercês
Sup.

Soraia Roges Jordy

Perciliano Joaquim Bezerra de Carvalho

Linvalda Rodrigues Henriques de Souza

Ld.

Eduardo Medina

